

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ODAIR SOUZA DE OLIVEIRA

**PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E AGROECOLOGIA: FERRAMENTAS PARA O
ENFRENTAMENTO DA POBREZA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS
AGRICULTORES (AS)?**

CURITIBA

2016

ODAIR SOUZA DE OLIVEIRA

**PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E AGROECOLOGIA: FERRAMENTAS PARA O
ENFRENTAMENTO DA POBREZA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS
AGRICULTORES (AS)?**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.(a). Márcia Barbosa Soczek

CURITIBA

2016

Pedagogia da alternância e agroecologia: ferramentas para o enfrentamento da pobreza na educação de jovens agricultores (as)?

Odair Souza de Oliveira

RESUMO

Este trabalho pretende avaliar se a questão da pobreza, e suas condições de permanência e reprodução, estão presentes nos documentos oficiais do Curso Técnico em Agroecologia, em especial o Projeto Político Pedagógico (PPP) e Plano de Curso do Centro Estadual de Educação Profissional Getúlio Vargas (CEEPAGV) e se a Pedagogia da Alternância, que é uma característica diferencial deste curso, pode servir como ferramenta de combate às condições de pobreza e a permanência da (o) educanda (o) nesta situação. A metodologia utilizada nesta pesquisa é a qualitativa e para isto foi utilizados o estudo documental e bibliográfico. Assim como nos currículos, é gritante a ausência do debate sobre pobreza nos Projetos Políticos Pedagógicos e Planos de Curso, principalmente nos cursos técnicos voltados a formação de jovens agricultoras (es). O grande desafio é problematizar essas discussões no âmbito da prática escolar, tanto em sala de aula, como na confecção dos documentos acima relacionados. Apesar do Curso Técnico em Agroecologia deixar claro, principalmente em seu Plano de Curso, que a Pedagogia da Alternância possa propiciar a (o) educanda (o) possibilidades de desenvolver seus projetos, esses documentos não explicitam como essa metodologia de ensino e essa tecnologia de produção de alimentos podem ser uma ferramenta de combate á situação de pobreza. Portanto, é possível refletir sobre a necessidade da revisão do Projeto Político Pedagógico e colocar as (os) educandas (os) e as possibilidades de enfrentamento das condições de pobreza no centro da construção deste importante documento da escola.

Palavras-chave: Pedagogia da Alternância, Agroecologia, Pobreza.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo refletir como a questão da pobreza, e suas condições de permanência e reprodução, estão presentes nos documentos oficiais do Curso Técnico em Agroecologia, em especial o Projeto Político Pedagógico (PPP) e Plano de Curso do Centro Estadual de Educação Profissional Getúlio Vargas (CEEPAGV) e se a Pedagogia da Alternância, que é uma característica diferencial deste curso, pode servir como ferramenta de combate às condições de pobreza e a permanência da (o) educanda (o) nesta situação.

É de suma importância a discussão proposta na medida em que os sujeitos que ofertam os cursos profissionalizantes, em especial na área agrícola, precisam perceber as condições de pobreza em que se encontram os jovens usuários destas instituições. E quais ferramentas pedagógicas podem proporcionar um amplo debate sobre as condições sociais dos jovens e ações no campo do combate à exclusão e a construção de instrumentos que proponha ações efetivas sobre a realidade da comunidade escolar frente ao combate à pobreza e desigualdade social.

É sabido que as condições de pobreza não são meras fatalidades ou acasos divinos; existem situações em que as pessoas estão colocadas em pobreza e/ou pobreza extrema por conta das relações sociais injustas, muito frequentes no país. Romper com essa visão moralizante das condições é um desafio muito grande para que alcancemos a equidade de oportunidades que a escola, em seu jargão mais conhecido (estudar pra ser alguém na vida), sempre propagandeia.

Da mesma forma, não existe garantia de que a simples passagem pela escola elimine totalmente as condições de pobreza. Dados do IPEA mostram que, realmente, alguns anos a mais de estudo podem aumentar a remuneração dos trabalhadores, mas essa relação não é linear, como bem mostra PEARLMAN (2010) que mostra que, apesar do aumento dos anos de escolarização, ainda há diferenças entre rendimentos de trabalhadores moradores de favelas e de outras áreas, mais especificamente no rio de Janeiro.

Quando se avalia os currículos e os documentos oficiais da escola, nota-se que o saber contido e acumulado pelos jovens agricultores, quando chegam aos portões da escola, são simplesmente ignorados e deixados de lado: agora terão acesso ao conhecimento científico, organizado para que possam sair prontos ao mercado de trabalho.

Ora, se fizermos um esforço de manter nosso olhar na trajetória destes jovens, veríamos riquezas de saberes interessantes para melhorar o currículo e relacionar educação e pobreza e sua superação. Arroyo afirma que “... age-se para o reconhecimento de que toda experiência social produz saberes, que as vivências demasiado extremas da pobreza provocam indagações não somente para os (as) próprios (as) educandos (as) que as vivenciam, mas também para os conhecimentos dos currículos (ARROYO, 2013, p. 113-165).

Ao ter o direito de se saber pobre, o sujeito pode ter um elemento fundamental de conhecimento: o emocional como diz FREIRE: “... está errada a educação que não reconhece, na justa raiva, na raiva que protesta contra as injustiças, contra a deslealdade, contra o desamor, contra a exploração e a violência um papel altamente formador (FREIRE, 1996, p.45).

O presente artigo está assim estruturado: primeira parte conceituação de Pedagogia da Alternância e Agroecologia; depois a questão legal dos PPP e Planos de Curso e a última parte como a questão da pobreza, e suas condições de permanência e reprodução, estão presentes, ou não, nos documentos oficiais do Curso Técnico em Agroecologia, em especial o Projeto Político Pedagógico (PPP) e Plano de Curso do Centro Estadual de Educação Profissional Getúlio Vargas (CEEPAGV) e se a Pedagogia da Alternância, que é uma característica diferencial deste curso, pode servir como ferramenta de combate às condições de pobreza e a permanência da (o) educanda (o) nesta situação.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Origens da Pedagogia da Alternância

A Pedagogia da Alternância é uma proposta diferenciada e alternativa que se constitui no universo pedagógico como sendo uma pedagogia da resistência cultural em relação á forte hegemonia neoliberal presente na educação brasileira, principalmente a partir da década de 90 (GODINHO, 2013).

Alternância significa o processo de ensino-aprendizagem que acontece e espaços e territórios diferenciados e alternados. O primeiro é o espaço familiar e a comunidade de origem (realidade); em segundo, a escola onde a (o) educanda (o) partilha os diversos saberes que possui como outras (os) autoras (es) e reflete-se

sobre eles em bases científicas (reflexão); e, por fim, retorna-se a família e a comunidade a fim de continuar a práxis, seja na comunidade, na unidade familiar de produção ou na inserção em determinados movimentos sociais. A Pedagogia da Alternância se baseia num método científico (GODINHO, 2013).

As Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) se originaram das Maisons Familiales Rurales da França. A iniciativa começou com três agricultores e um padre de uma comunidade rural do sudoeste da França, quando se confrontaram com a situação de um adolescente de 14 anos que se recusou a ir à escola convencional. Como resultado do debate que se seguiu, foi criada, em 1935, a primeira Maison Familiale Rurale (MFR) de que se tem notícia.

No Brasil, a primeira experiência educativa se deu no Espírito Santo, em 1968, com a criação da Escola Família Agrícola de Olivânia (EFAS), no município de Anchieta. O movimento das EFAs nesse Estado se constituiu sob influência das Escolas Famílias Agrícolas Italianas, sendo liderado pelo padre Jesuíta Humberto Pietrogrande e pelo Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo – MEPES. Preocupadas com a crise econômica e social por que passavam os agricultores do sul do Espírito Santo, na década de 60, as lideranças do movimento assumiram para si a tarefa de construção das EFAs no Estado.

A partir da experiência pioneira do Espírito Santo, as EFAs foram se expandindo para outros estados brasileiros, como a Bahia (estado com maior número de escolas atualmente), Ceará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Rondônia, Amapá, Goiás, Santa Catarina e Minas Gerais (SOUZA, 2006).

A agroecologia a Agroecologia tem sido reafirmada como uma ciência ou disciplina científica, ou seja, um campo de conhecimento de caráter multidisciplinar que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias que nos permitem estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas. (CAPORAL, 2000.) Os jovens oriundos da área rural, em especial os assentamentos de reforma agrária e da agricultura familiar tradicional, são imersos numa educação em que não privilegiam seus conhecimentos tradicionais e também não têm acesso às ferramentas necessárias para se reconhecerem numa condição de pobreza e conseguir enfrenta-la. Segundo VEIGA "... quando se examina as características da pobreza rural da parte mais desenvolvida do país, o que mais chama a atenção é sua fortíssima ligação com a agropecuária. Os segmentos rurais ocupados em outras atividades sempre têm uma renda média maior que a dos trabalhadores

agrícolas” (VEIGA, 2000). E isso afeta mais fortemente a juventude, uma vez que as perspectivas de geração de renda ficam ainda menores, o êxodo rural juvenil é cada vez mais acentuado.

O Colégio Agrícola Estadual Getúlio Vargas - Ensino Fundamental, Médio e Profissional, está situado na PR 151, Km 02, Rodovia João Chede, no município de Palmeira, no Estado do Paraná. Teve sua fundação em 19 de abril de 1941, com o nome de Escola de Trabalhadores Rurais Dr. Getúlio Vargas, destinado ao Ensino Primário e à prática da Agricultura e Pecuária, para filhos de lavradores, tendo como primeiro Diretor o Engenheiro Agrônomo José do Carmo Guimarães Marques Ferreira. Em 1º de março de 1962, foi criado o Curso Ginásial Agrícola, tendo como Diretor o Dr. Lineu Aurélio Salgado. Em 1966, foi autorizado o funcionamento do Curso Colegial Agrícola, proporcionando ao aluno o diploma de Técnico Agrícola, onde em 1º de março de 1968, ficou estabelecido o sistema Escola-Fazenda, cuja filosofia era de aprender não somente na teoria, mas também na prática.

Com a reforma do ensino em 1975, passou a funcionar o Curso Técnico em Agropecuária com a implantação de habilitações de Nível Técnico em Auxiliar de Administração de Fazendas.

Em 1998, inicia-se o Curso Pós-Médio Técnico em Agricultura com Ênfase em Plantio Direto.

Em 2002, teve início o Curso Técnico em Turismo com Ênfase em Turismo Rural, formando 02 turmas com 52 alunos em 2004.

Em 2004 foram implantados os Cursos: Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Agropecuária Subsequente e Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio.

No ano de 2010 iniciou o curso Técnico em Informática e em julho de 2011 formou-se a primeira turma.

São desenvolvidos projetos econômicos e didáticos nos Setores de área produtiva em Bovinocultura de Leite, Suinocultura, Ovinocultura, Apicultura, Avicultura de Postura, Caprinocultura, Olericultura e Agricultura, nas quais os alunos têm a oportunidade de vivenciar em aulas práticas o que aprenderam em teoria.

Ao longo de sua história o Colégio Agrícola de Palmeira tem formado muitos alunos e que hoje se destacam em vários segmentos da sociedade, assim como tem desempenhado sua função pedagógica que é formar o técnico em Agropecuária,

profissional indispensável em nosso país, já que temos uma economia basicamente agrícola.

O Curso Técnico em Agroecologia do Centro Estadual de Educação Profissional Agrícola Getúlio Vargas (CEEPAGV) teve início em 2004, pela discussão da necessidade de formar corpo técnico especializado em Agroecologia, uma vez que na região Centro-Oriental do Paraná várias iniciativas de grupos de agricultores, assessorados pela ONG ASPTA (Agricultura Familiar e Agroecologia) e Sindicatos de Trabalhadores Rurais ligados a recém-fundada federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL).

Em uma conjuntura político-partidária favorável aos movimentos sociais do campo, onde o governo recém-eleito em 2003 teve como uma das prioridades a reabertura dos Colégios Agrícolas no Estado do Paraná, um grupo de lideranças da agricultura familiar da região, técnicos e pedagogos especializados em Educação Rural, se reuniram com a diretoria do CEEPAGV e elaborou o Plano de Curso inicial, tendo a Pedagogia da Alternância como eixo central.

A primeira turma teve cerca de 30 educandas (os) de diversos municípios da região Centro-Oriental como Palmeira, São João do Triunfo, Rio Azul, São Mateus do Sul, Rebouças, Fernandes Pinheiro, Imbaú e Ventania. No ano de 2016 o Curso Técnico em Agroecologia tem cerca de 80 educandas (os) nas três séries do ensino médio, tendo formado mais de 300 Técnicas (os) em Agroecologia.

Foram analisados dois documentos essenciais na vida escolar de qualquer instituição de ensino: O Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Plano de Curso.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) deve se constituir na referência norteadora de todos os âmbitos da ação educativa da escola. Por isso, sua elaboração requer, para ser expressão viva de um projeto coletivo, a participação de todos aqueles que compõem a comunidade escolar. Todavia, articular e construir espaços participativos, produzir no coletivo um projeto que diga não apenas o que a escola é hoje, mas também aponte para o que pretende ser, exige método, organização e sistematização (MEC, projeto Vivencial, Escola de Gestores, 2013. p. 2).

No caso do Estado do Paraná, o PPP precisa se adequar a deliberação nº 014/99, do conselho Estadual de Educação (CEE).

O Plano de Curso é um documento exigido pela Mantenedora, no caso a Secretaria de Estado da Educação (SEED) do Estado do Paraná, pra que o curso possa ser

efetivamente credenciado e autorizado, e explicita a justificativa, objetivos, dados gerais do curso, o perfil profissional, a organização curricular, plano de estágio, matriz curricular, sistema de avaliação, plano de avaliação do curso, relação de docentes, certificados e diplomas, recursos materiais e o plano de formação continuada.

3 METODOLOGIA

Para a realização do estudo foi utilizado o método qualitativo com pesquisa documental, pois optou-se por analisar documentos da escola em destaque. As fontes utilizadas para pesquisa foram o Projeto Político Pedagógico e o Plano de curso, como elemento principal de análise a Pedagogia da Alternância.

A escolha da pesquisa documental foi elencada mediante a seguinte justificativa “A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (Ludke e André, 1986)”.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O Projeto Político Pedagógico do Centro Estadual de Educação Profissional Agrícola Getúlio Vargas não faz menção, ao menos diretamente, da necessidade de discutir a situação de pobreza das (os) educandas (os) que chegam até a escola.

No item 5.3 Caracterização do Corpo Discente, o PPP relata os alunos da Agroecologia como:

“... filhos e filhas de pequenos produtores e que procuram uma alternativa de produção para a sua propriedade fundamentada na agroecologia e preservação da biodiversidade” (Projeto Político Pedagógico CEEPAGV, 2015, p.8).

Ora, é sabido que a Agroecologia, como prática tecnológica apropriável pela agricultura familiar é capaz de gerar renda e preservar os recursos naturais locais e funcionar como uma válvula de escape a situação de pobreza a que jovens agricultoras (es) estão expostos todos os dias. Como afirma ICMBIO:

As famílias associadas à COOPERAFLORESTA apresentam um à renda mensal bem superior à renda média da região do Vale do Ribeira que é de

R\$ 450/mês. Em torno de 40% das famílias que praticam Agroecologia/Agrofloresta entre R\$551,00 e R\$ 1.110,00/mês e um 1/5 das famílias que mais praticam Agrofloresta/Agroecologia recebem mais de R\$ 1.110,00/ mês. (MMA, ICMBIO, FLONA AÇUNGUI, 2015, P. 3).

Por outro lado, a Pedagogia da Alternância é uma prática que coloca a (o) aluna (o) como sujeito do seu processo de aprendizagem, e não apenas objeto, uma vez que a descontinuidade do exercício da aprendizagem faz com que saberes tradicionais de sua família/comunidade sejam postos em contraposição ou em agregação aos conhecimentos historicamente sistematizados na escola.

Mais uma vez nota-se que tanto o PPP como o Plano de Curso não citam a Pedagogia da Alternância como ferramenta importante no combate à pobreza, somente cita como parte do processo de ensino do curso técnico em agroecologia.

...sendo este curso desenvolvido através do regime de alternância, com os alunos participando alternadamente a cada três semanas presencialmente, uma semana vivenciada (semana de alternância) nos projetos de desenvolvimento em sua propriedade e/ou comunidade previamente cadastrada ou em propriedades de outras comunidades previamente cadastradas e conveniadas.

Nessas semanas de alternância são realizadas visitas nas casas (propriedades) dos alunos, e tem por justificativa que estes possam mostrar seus projetos, independente da fase de desenvolvimento que este se encontre. O conhecimento da família do educando, juntamente com a comunidade onde este vive torna os laços entre os educadores e os educandos ainda mais fortes, facilitando o entendimento e aprendizado de ambos. (PPP, CEEPAGV. 2015 pag.33).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar o projeto político pedagógico Apesar do Curso Técnico em Agroecologia deixar claro, principalmente em seu Plano de Curso, que a Pedagogia da Alternância possa propiciar a (o) educanda (o) possibilidades de desenvolver seus projetos de desenvolvimento, esses documentos não explicitam como essa metodologia de ensino e essa tecnologia de produção de alimentos podem ser uma ferramenta de combate á situação de pobreza.

A agroecologia, em consonância com a Pedagogia da Alternância, pode promover uma segurança alimentar e econômica a juventude, uma vez que ocorre

produção de alimentos sem contaminação por agrotóxicos e sua demanda no mercado (forma e informal) vem aumentando ao longo dos últimos anos.

Ao executar seus projetos de desenvolvimento em suas Unidades Familiares de Produção, as (os) educandas (os) podem refazer sua leitura do mundo e das condições de pobreza, se houverem, a que estão sujeitas, fazendo com que as oportunidades de romper esse círculo vicioso de pobreza que se perpetua ao longo de suas vidas. Ao mesmo tempo, pode ser uma oportunidade de fazer com que a própria família perceba sua situação e possa ajudar a (o) jovem a transformar seu mundo e sair da condição da pobreza.

Nos próprios documentos oficiais das escolas (Projeto Político Pedagógico e Plano de Curso) é reafirmada a condição de que, ao ingressar em um curso profissionalizante é garantida ao jovem sua colocação no chamado mercado de trabalho, mas no decorrer do curso não são discutidas quais as condições para que isso ocorra e nem são avaliadas ou percebidas, as condições de pobreza a que são submetidas à juventude quando chega à escola.

Mesmo que a legislação em vigor garanta a entrada de todos e todas, poucas são as iniciativas para que a juventude, principalmente aquela em situação de pobreza, possa permanecer na escola e perceber as condições para que a situação de pobreza se perpetue.

À escola cabe proporcionar o espaço para que essas discussões pertinentes perpassem esses documentos orientadores da prática pedagógica e que, ao reconstruir o PPP, fazer com que as (os) educandas (os) sejam sujeitos centrais destas discussões e que as condições e as possibilidades de enfrentamento da pobreza estejam no cerne destes documentos.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M.G. **Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos.** In: GIMENO SACRISTÁN, José (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo.** Porto Alegre: Penso, 2013.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GIMENO SACRISTÁN, José (Org.). **Saberes e incertezas do currículo.** Porto Alegre: Penso, 2013.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Comunicados do IPEA: um retrato de duas décadas do mercado de trabalho brasileiro utilizando a Pnad.** Brasília, n. 160, out. 2013. Tabela 1. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131007_comunicadoipea160.pdf> Acesso em: 16 out. 2016.
- GODINHO, E.M.S.O. **Pedagogia da Alternância.** Revista Terceiro Incluído. V.3. n 2. 2013.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, EPU, 1986.
- MEC. Sala_projeto_vivencia/pdf/dimensoesconceituais.pdf Acesso em 22/10/2016.
- SOUZA, J. V. A. de. **Pedagogia da Alternância: uma alternativa consistente de escolarização rural?** Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT14-4500--Int.pdf>. Acesso em: 15/10/2016
- MMA, ICMBIO, FLONA AÇUNGUI. **Agrofloresta e sistemas Agroflorestais no espaço e no Tempo.** Informativo 2. http://media.wix.com/ugd/e4b2ec_21f9f3c5ce0f45ffa9ec5916357b643e.pdf. Acesso em 08/10/2016